

11. MINUTA – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL – VIATURAS:

Submete-se para apreciação minuta relativa à Proposta de Contrato de Comodato, com vista à cedência de veículos automóveis municipais que se encontrem disponíveis, a outra(s) entidade(s) para utilização exclusiva em fins no âmbito da Pandemia COVID-19, conforme minuta que vai em anexo.

PROPOSTA

CONSIDERANDO o interesse público subjacente à necessidade de minimizar os riscos de propagação do surto de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de todos sermos chamados a contribuir ativamente para limitar a disseminação do **COVID-19**;

CONSIDERANDO a declaração pela Organização Mundial de Saúde, do dia 30 de janeiro de 2020, de emergência de saúde pública de âmbito internacional;

CONSIDERANDO a classificação do vírus como uma pandemia, pela OMS, no dia 11 de março de 2020, e,

CONSIDERANDO a declaração da situação de alerta em todo o território nacional, nos termos do Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março;

E CONSIDERANDO AINDA QUE:

- Nos termos dos artigos 23.º, n.ºs 1 e 2 do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, os Municípios detêm atribuições em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;
- Em sua concretização, conforme resulta do artigo 33.º, n.º 1 do mesmo diploma legal, as Câmaras Municipais podem deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista a assegurar a prossecução das suas finalidades, designadamente, de saúde pública e ação social;
- Compete às Câmaras Municipais a administração do seu património móvel e imóvel, sem prejuízo da competência atribuída ao seu Presidente de elaboração e manutenção do respetivo cadastro, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, ee) e 35.º n.º 1 d), do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

- A prossecução das atribuições e competências municipais é norteada por um conjunto de princípios gerais, entre os quais sobressaem os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público, da proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, e da intangibilidade das atribuições do Estado, conforme resulta do artigo 4.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PROPONHO que a Câmara Municipal aprove ceder veículos automóveis municipais que se encontrem disponíveis, a outra(s) entidade(s), para utilização exclusiva em fins no âmbito da Pandemia COVID-19, em regime de comodato, conforme minuta que se anexa para aprovação, e que ressalva sempre a necessidade da sua devolução ao Município em caso de urgência.

Braga, 18 de março de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(DR. RICARDO RIO)

MINUTA - PROPOSTA

CONTRATO DE COMODATO DE BEM MÓVEL – VIATURAS

CONSIDERANDO o interesse público subjacente à necessidade de minimizar os riscos de propagação do surto de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de todos sermos chamados a contribuir ativamente para limitar a disseminação do **COVID-19**;

CONSIDERANDO a declaração pela Organização Mundial de Saúde, do dia 30 de janeiro de 2020, de emergência de saúde pública de âmbito internacional;

CONSIDERANDO a classificação do vírus como uma pandemia, pela OMS, no dia 11 de março de 2020, e,

CONSIDERANDO a declaração da situação de alerta em todo o território nacional, nos termos do Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março,

E CONSIDERANDO AINDA QUE:

- Nos termos dos artigos 23.º, n.ºs 1 e 2 do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, os Municípios detêm atribuições em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;
- Em sua concretização, conforme resulta do artigo 33.º, n.º 1 do mesmo diploma legal, as Câmaras Municipais podem deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista a assegurar a prossecução das suas finalidades, designadamente, de saúde pública e ação social;
- Compete às Câmaras Municipais a administração do seu património móvel e imóvel, sem prejuízo da competência atribuída ao seu Presidente de elaboração e manutenção do respetivo cadastro, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, ee) e 35.º n.º 1 d), do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- A prossecução das atribuições e competências municipais é norteadada por um conjunto de princípios gerais, entre os quais sobressaem os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da

prosseção do interesse público, da proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, e da intangibilidade das atribuições do Estado, conforme resulta do artigo 4.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

ENTRE

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506 901 173, com sede no edifício dos Paços do Município, Praça Municipal, 4704 – 514 Braga, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio - outorgando em nome daquele, no exercício dos poderes conferidos pelas alíneas a) e b) n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adiante designado por **COMODANTE**,

E

SEGUNDO OUTORGANTE: _____, pessoa coletiva número _____, com sede no _____, neste ato representada pelo seu Presidente _____, portador do CC _____, (estado civil) e residente na Rua ..., adiante designado como **COMODATÁRIO**,

é livremente e de boa fé celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato – que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O Comodante é proprietário e legítimo possuidor do(s) veículo(s) automóvel(eis) que melhor se identifica(m) no **Anexo 1** ao presente contrato e que dele faz parte integrante.
2. Pelo presente contrato, o comodante entrega gratuitamente ao comodatário o(s) bem(ns) referido(s) no Anexo 1 ao presente contrato, para utilização para fins relacionados com a prosseção da sua atividade de natureza pública **no âmbito da Pandemia COVID-19**.

Cláusula Segunda

(Prazo)

1. Este contrato é celebrado pelo prazo que durar o surto epidémico provocado pelo COVID-19, com data no início da respetiva assinatura, salvo se qualquer uma das partes o denunciar com aviso prévio de 15 dias relativamente à data do seu termo.

2. O comodante poderá denunciar antecipadamente o contrato, em caso de necessidade de utilização da viatura para outras finalidades consideradas prioritárias, devendo tal denúncia, ser devidamente fundamentada, e comunicada ao comodatário com a antecedência mínima de 5 dias.

Cláusula Terceira
(Conservação e Manutenção)

1. O comodatário compromete-se a guardar e conservar a viatura em perfeito estado de segurança e funcionalidade, obrigando-se a devolvê-la, findo o prazo do contrato, no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações inerentes ao decorrer do tempo e ao uso normal da viatura.
2. Em caso de deterioração casual, O comodatário será responsável no caso de se verificar que estava em seu poder evitá-la, ainda que com sacrifício de coisa própria de valor não superior.

Cláusula Quarta
(Encargos do Comodatário)

É da responsabilidade do comodatário a assunção dos seguintes custos decorrentes da utilização dos veículos:

- Combustível;
- Manutenção programada;
- Limpeza e lavagem;
- Pagamento de portagens;
- Pagamento de multas ou coimas por violação das regras de condução.

Cláusula Quinta
(Encargos do Comodante)

É obrigação do comodante a realização da inspeção periódica dos veículos cedidos ao abrigo do presente contrato.

Cláusula Sexta
(Vistorias e inspeções)

1. Aquando da entrega ao comodatário de cada um dos veículos, objeto do presente contrato, terá lugar a realização duma vistoria destinada a verificar o seu estado de conservação e manutenção, sendo elaborado um auto, na presença de representantes de ambos os outorgantes, que registará, de forma detalhada, o estado da mesma viatura e confirmará a regularidade dos documentos legalmente exigíveis.
2. A realização de outra vistoria terá obrigatoriamente lugar aquando da devolução de cada um dos veículos, devendo estes ser entregues no estado em que foram recebidos, salvo as deteriorações inerentes a uma normal utilização, não podendo a posteriori ser imputados ao segundo outorgante anomalias não detetadas aquando da realização deste auto de vistoria.
3. O comodante poderá realizar as vistorias e as inspeções aos veículos, sempre que assim o entender ou julgar necessário, aferindo o modo de execução do contrato.

Cláusula Sétima
(Resolução)

O não cumprimento, pelo comodatário, do disposto neste clausulado, constituirá justa causa de resolução imediata deste contrato, por parte do comodante.

Cláusula Oitava
(Legislação)

Em tudo quanto não estiver expressamente regulado no presente contrato, será aplicado o estatuído nos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil.

Cláusula Nona
(Foro)

1. As partes procurarão resolver, por via negocial e de boa-fé, as questões que possam surgir da execução ou da interpretação do presente contrato.
2. Os litígios decorrentes da interpretação e execução do presente contrato serão submetidos aos Tribunais da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro foro.

Cláusula Décima
(Alterações ao Contrato)

Este contrato constitui o total acordo das partes em relação ao seu conteúdo, não podendo ser

alterado ou modificado, exceto mediante acordo posterior subscrito pelos representantes autorizados de ambas as partes.

O presente contrato integra os seguintes anexos:

- Anexo I: Listagem das viaturas
- Anexo II: DUC da viatura cedida ao abrigo do presente contrato
- Anexo III: Comunicação à seguradora da cedência do bem

O presente contrato é feito em dois exemplares, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelas partes, sendo um exemplar entregue a cada uma delas.

Braga, 18 de março de 2020

PELO PRIMEIRO OUTORGANTE, Comodante,

(O Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio)

PELO SEGUNDO OUTORGANTE, Comodatário,

(_____)

O presente contrato foi aprovado em reunião de Câmara realizada em ____ de ____ de _____, cuja deliberação se arquiva.

Anexo 1

- **Matrícula:**
- **Data de Matrícula:**
- **Marca:**
- **Modelo:**
- **Categoria:**
- **Tipo:**
- **Cor:**
- **Combustível:**
- **Cilindrada:**
- **KM:**